

DOSSIÊ: PERSPECTIVAS QUEER NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

**POR UMA IDEOLOGIA LINGÜÍSTICA RESPONSIVA ÀS TEORIZAÇÕES
QUEER¹**

(For a linguistic ideology responsive to queer theorizations)

Luiz Paulo da Moita Lopes ²
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Branca Falabella Fabrício ³
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Recebido em: novembro de 2020
Aceito em: dezembro de 2020
DOI: 10.26512/les.v21i2.35701

¹ Somos gratos ao CNPq pelas bolsas de produtividade em pesquisa (CNPq 302935/2017-7 e CNPq - 302989/2013-7), que tornaram a investigação relatada aqui possível.

² Professor Titular do Programa Interdisciplinar de Lingüística Aplicada da UFRJ e Pesquisador do CNPq. É PhD em Lingüística Aplicada pela Universidade de Londres. Foi presidente da Associação de Lingüística Aplicada do Brasil, atuou como representante da área de Letras e Lingüística no Conselho de Assessores (CA) do CNPq e como conselheiro da Associação de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (ANPOLL). moitalopes1@gmail.com.

³ É Professora Associada do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ com Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É Pesquisadora do CNPq desde 2011. Fez estágio de doutorado na Universidade de Lancaster e obteve a bolsa de Doutor-Recente do CNPq junto a UFRJ. Fez também estágio de pós-doutorado no King's College da Universidade de Londres. brancaff@globo.com.

*Deem-me palavras para refazer os futuros
Como se fossem a mão de um curandeiro.
Kamau Braithwaite, Negus, The Arrivants*

RESUMO

Neste artigo, em um primeiro momento, discutimos estudos queer sobre quem somos como seres sociais na expressão do gênero, da sexualidade, e da raça, entre outros. Em seguida, tratamos da conexão dizer-fazer-ser. Antes, porém, cabe um breve debate de natureza epistemológica sobre a produção do conhecimento no campo de estudos da linguagem.

Palavras-chave: *Linguagem. Teoria Queer.*

ABSTRACT

In this article, at first, we discuss queer studies about who we are as social beings in the expression of gender, sexuality, and race, among others. Then we deal with the say-do-be connection. First, however, there is a brief debate of an epistemological nature about the production of knowledge in the field of language studies.

Keywords: *Language. Queer theory.*

RESUMEN

En este artículo, en un principio, discutimos los estudios queer sobre quiénes somos como seres sociales en la expresión de género, sexualidad y raza, entre otros. Luego nos ocupamos de la conexión de decir-hacer-ser. Primero, sin embargo, hay un breve debate de naturaleza epistemológica sobre la producción de conocimiento en el campo de los estudios del lenguaje.

Palabras clave: *Lengua. Teoria Queer.*

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a relevância que os chamados estudos “identitários” alcançaram nos vários campos das ciências sociais e humanas nas últimas décadas, os estudos da linguagem se mostraram cruciais devido ao papel que teorizações socioconstrucionistas (MOITA LOPES, 1998, 2002) e performativas (PENNYCOOK, 2007; MOITA LOPES, 2008, 2009; FABRÍCIO, 2013) passaram a ter no entendimento de quem somos ou podemos ser no mundo social. Essa preocupação com questões “identitárias” advém, principalmente, dos movimentos sociais (feministas, LGBT+ e anti-racistas, entre outros), a partir dos anos 60 do século passado. A crítica por eles produzida à episteme moderno-colonial abalou compreensões essencialistas da vida social. A natureza política desses movimentos sociais estremeceu a academia, em muitos lugares, por chamar atenção para dois aspectos sociais entrelaçados. Por um lado, a desigualdade entre seres sociais é estruturante, sendo constitutiva de quem somos. Por outro, essas assimetrias se articulam para além das questões de classe social, envolvendo práticas de raça, gênero, sexualidade, entre outras. Assim, explicações que naturalizavam e apagavam ações de poder, sofrimento e inequidade produzidas dentro de comunidades ditas livres e democráticas passaram a ser problematizadas e a integrar as preocupações

teórico-analíticas nas universidades. Tal dinâmica tem sido discutida de acordo com múltiplos ângulos e conceitualizações. Butler (1997) utiliza a expressão "corpos que importam"; Foucault (1978-1979/2008) "uma política da vida"; Agamben (1995/2002) "tanatopolítica"; Mbembe (2003) "necropolítica"; e Puar (2007) "necropolítica queer".

Em meio a essas inquietações, os estudos da linguagem passaram a interessar a uma série de estudiosos fora dos limites tradicionais desse campo, de modo que pudessem levar adiante suas pesquisas sobre como somos seres construídos social ou performativamente por meio da linguagem. O trabalho de Fairclough (1992/ 2001) está entre aqueles que primeiro se propuseram a elaborar uma teorização sobre a linguagem como discurso que fornecesse um modo de estudar a vida social e cultural, tanto na linguística como em outras áreas do conhecimento.

Ao propor que os estudos da linguagem deveriam operar em conjunto com outras disciplinas das ciências sociais, Fairclough visava elaborar uma teoria social da linguagem cujo foco central seriam as mudanças sociais. Apesar de terem se passado quase 20 anos da publicação de seu livro, a proposta faircloughiana prossegue sendo uma novidade no campo de estudos da linguagem em muitos círculos. Essa percepção se justifica em vista do confinamento da chamada linguística a visões formalistas, positivistas e cognitivistas de linguagem, ainda vigentes em muitos contextos acadêmicos. Entretanto, a vida social fora dos gabinetes e laboratórios de pesquisa clama por uma ideologia linguística pertinente à complexidade sociolinguística contemporânea.

Não é sem razão que Bauman e Briggs (2003), ao reconstruírem as *Vozes da Modernidade*, percorrendo 300 anos da literatura na filosofia, história, estudos da linguagem etc., revelam que a ideia de uma ideologia linguística⁴ da pureza, da essência, do sistema e da norma é prevalente nesses vários campos, sendo orientadora de visões sobre a vida política, social, natural e científica. Tais crenças em relação à linguagem vão ao encontro de um sujeito social já dado ou prefigurado que existe em separado da linguagem. O conceito de prefiguração identitária (ver Pinto, 2013 e 2018) não considera as intersecções de gênero, sexualidade, raça ou classe social, entre outros marcadores. Atendendo a ideais de pureza e autonomia, se afasta da natureza heterogênea da vida social e da linguagem. Esses ideais colocam sob suspeita (MALDONADO-TORRES, 2008) visões e práticas que os transgridem.

Outras abordagens, no entanto, asseveram a necessidade imperiosa de resignificar sujeitos sociais. Segundo uma visada socioconstrucionista, por exemplo, sujeitos sociais constituem a linguagem e são constituídos por ela. Uma perspectiva performativa a complementa, enfatizando os

⁴ Ideologias linguísticas são “crenças, ou sentimentos sobre as línguas como são usadas em seus mundos sociais” (KROSKRITY, 2004, p. 498) que alimentam também as teorizações de linguistas, de elaboradores de políticas públicas etc. Ver também Moita Lopes(2013, 2018).

efeitos semânticos dessa construção. Esta última subjaz a este artigo que tem um propósito duplo. Por um lado, visa apontar as dificuldades de uma ideologia de linguagem que privilegia o sistema. Esse ângulo impossibilita a conceitualização da vida social e das subjetividades como fenômenos complexos, inacabados e emergentes na interação e em práticas discursivas situadas. Por outro, se propõe a explorar modos de teorização desses fenômenos que conversem com o permanente movimento de vir-a-ser.

1. UMA QUESTÃO EPISTEMOLÓGICA SOBRE OS ESTUDOS DA LINGUAGEM

A busca pela verdade no amplo espectro das áreas de investigação nas ciências sociais e humanas advém, sem sombra de dúvida, da grande influência que a tradição positivista e quantitativa exerceu e exerce em diferentes contextos “científicos”. Esse modo de produção de conhecimento prestigia generalizações e formulações padronizadoras, evitando tudo aquilo que foge às regularidades. Tais práticas possibilitam explicar (e só assim!) de modo abstrato, controlado e “objetivo” como um determinado fenômeno ocorre factualmente.

As regras que constituem uma língua e que subjazem ao seu uso, por exemplo, são, assim, aferidas com base na premissa de que o fenômeno da linguagem pode ser explicado por um conjunto de normas universais, constituindo o que Chomsky chamou de *competence* e Saussure de *langue*. É a regulação que possibilita o uso da linguagem ou o que esses autores respectivamente chamaram de *performance* e *parole*. Para eles, são essas regras que interessam aos linguistas porque possibilitam explicar como as pessoas falam ou escrevem. Essa ideologia linguística é pervasiva nas tradições de estudos da linguagem, não sendo normalmente compreendida como uma ideologia, mas como um processo científico dedutivo que revela a verdade natural da língua. Objetivismo, isolamento e abstração. Três processos caros à produção positivista de conhecimento que apagam os modos complexos de fabricação dos “fatos” linguísticos que descrevem. Assim concebida, uma ciência linguística seria uma prática neutra, apartada de questões sociopolíticas.

Os estudos da variação linguística que são usualmente compreendidos como uma abordagem direta do fenômeno do uso de linguagem, não preocupada com a busca por padrões cognitivos abstratos, também não escapam da visão positivista. Ao contrário, por meio de testes estatísticos, estabelecem variedades linguísticas com base em entrevistas com determinados tipos de falantes prefigurados como homens, universitários, brancos, ou de classe média, por exemplo, cujas falas estão armazenadas em um banco de dados. Esse conjunto de procedimentos ignora os contextos de produção linguística que geram determinados usos, em benefício do impulso positivista de encontrar padrões. Também opera com prefigurações identitárias que, de antemão, apontam quem é o sujeito

social da investigação. São esses dois processos – preconfiguração e descontextualização – que permitem a determinação das variedades linguísticas em uso assim como possibilitam generalizações do tipo: mulheres de classe média do Rio de Janeiro, entrevistadas em 2005, falavam assim. Jogos de verdade dessa natureza classificam línguas e pessoas de modo totalitário, delineando fronteiras entre usos linguísticos de pobres, ricos, homens, mulheres, brancos, negros, homossexuais, ou heterossexuais. As subcategorizações se sucedem. Elas encontram na vontade de precisão definitiva um motor ideal para esse tipo de demarcação territorial, tão ao gosto das ciências modernas.

O que ocorre quando atribuímos centralidade aos contextos de uso da linguagem e ao seu papel na constituição de quem somos aqui e agora? Como outra ideologia linguística imagina não o que a linguagem é, mas o que faz na vida social? Essas questões nos levam ao cerne deste artigo.

2. TEORIAS QUEER⁵

Geralmente, entende-se que são as publicações de Judith Butler (1990) e de Eve Sedgwick (1990) que ensejaram o desenvolvimento de teorizações queer, ainda que o termo “queer” apareça pela primeira vez em De Laurettis (1991) e que Butler (1994), em entrevista, tenha declarado inicialmente que ela mesma tenha se surpreendido ao ver seu trabalho como parte de teorizações queer. As duas filósofas feministas, Butler e Sedgwick, questionaram os conceitos de gênero e sexualidade, com os quais se operava até então. Os próprios títulos de suas obras – *Problema de gênero. Feminismo e a subversão da identidade*, de Butler, e a *A epistemologia do armário*, de Sedgwick – indexam discursos de mudança ou de crítica a uma situação existente. Como ver no gênero um problema e provocar uma subversão em tal conceito? E como pensar o armário onde se esconde quem desvia da sexualidade “normal” como um lugar de produção de conhecimento? A obra de Sedgwick (1990) levanta ainda uma outra questão central. Como, depois de Foucault, Derrida e Kuhn, é possível pensar a produção do conhecimento sem considerar as questões éticas e políticas subjacentes?

Ética e política estão também relacionadas à necessidade de compreender a teorização linguística como ideologia linguística, ou seja, à premência de destruir qualquer sentido de transparência nos processos de teorização ou na produção de conhecimento. Como disseram Foucault e Nagel, “a verdade é deste mundo” (FOUCAULT, 1979, p. 12) e “não há visão que não venha de

⁵ A palavra inglesa *queer*, como é sabido, é usada para se referir de modo derogatório a homossexuais masculinos. Ela foi deslocada para outros significados ao se referir a um corpo teórico variado que suspende o significado “original” de tal termo e passa a designar a natureza instável da sexualidade e do gênero. É fato também que em alguns círculos, *queer* é usado mais contemporaneamente como um termo guarda-chuva que abarca outros modos de exercer a sexualidade, diferentes da heterossexualidade. Esse não é o caso deste artigo. Há autoxs brasileiros que se referem a essas teorizações, como “teorias cu” (PELÚCIO, 2014) ou “teorizações cuir” (CAMARGO, 2019).

algum lugar” (NAGEL, 1986, p. 68). Não existe, portanto, separação do sujeito que produz conhecimento de seus interesses políticos, os quais precisam ser deixados eticamente claros. É assim que as duas filósofas problematizam conceitos tão arraigados e essencializados como gênero e sexualidade que tanto sofrimento provocaram e provocam, em razão da visão binária biologizada que define limites entre quem é homem / mulher ou heterossexual / homossexual.

Influenciada principalmente por Beauvoir, Derrida, Foucault e Austin, Butler provoca uma revolução entre as próprias feministas ao levantar a grave questão de que a essencialização do que significa ser mulher é perniciosa para as próprias mulheres, pois coloca limites para o que seus próprios corpos podem fazer. Além disso, a crença em propriedades essenciais exerce controle sobre os corpos ao invés de liberá-los, o que faria com que fronteiras identitárias não pudessem ser ultrapassadas pelas próprias mulheres. Apoiada em Austin (1962), porém, Butler (1990) argumenta que o gênero é o efeito de um fazer performativo que provoca determinados sentidos sobre quem somos no mundo social. Dessa forma, o gênero não existe antes do discurso, mas emerge performativamente na interação discursiva. Tal ato performativo age na vida social, provocando determinados sentidos que atendem a um contrato social sobre como os corpos devem encenar quem são. No entanto, a própria performance motiva o desrespeito a tais regras uma vez que o fazer performativo é sempre cópia de performances prévias que nunca são iguais a si mesmas. Nesse sentido, não há cópia fiel, mas sim reciclagem criativa ou “mimesis fértil” (PENNYCOOK, 2010:34).

Se a repetição da cópia nunca é a mesma, os efeitos de um fazer escapam aos sentidos reconhecíveis porque são dependentes dos significados mobilizados por quem está assistindo a esse fazer. É esse entendimento que põe em xeque a visão essencialista e biologizante do gênero e da sexualidade, entendendo-os como um trabalho performativo contínuo e não como uma condição corporal geneticamente determinada. Por essa lógica, o jogo de linguagem que associa os signos “vagina”, “mulher”, “feminilidade” e “desejo sexual pelo sexo oposto” seria uma fabricação semântica performativa. Sua ancoragem, entretanto, é a repetição que nunca se sedimenta. A criação de estabilidade envolve trabalho semiótico árduo, na manutenção de atributos identitários reconhecíveis. Assim, ao descrever o gênero e a sexualidade como um labor contínuo, Butler produz uma teorização que abre a possibilidade de que os sentidos que nossos corpos provocam no mundo estejam embrenhados em um jogo discursivo movente e em constante transmutação.

A ótica da fluidez coloca sob suspeita a “matriz da heterossexualidade” (BUTLER, 1990, p.17) a que todos nós estamos submetidos e segundo a qual desobedientes são considerados desviantes, sendo continuamente apagados ou limados. Fosse essa matriz natural, não haveria a necessidade de tanto empenho na sua afirmação, como verificado no trabalho (de dedicação exclusiva, por assim dizer) realizado por famílias, escolas, igrejas e outras instituições de adequação

à regulação matricial. Todavia, o próprio esforço de se adequar ao protótipo normativo traz à tona outros significados para o que os nossos corpos podem fazer e encenar. Pois, a adequação nunca é perfeita ou exata. Há sempre sobras nos apagamentos dos significados que nossos corpos podem performar. Assim, se por um lado, nos envolvemos na cópia performativa e na obediência à matriz da heterossexualidade, por outro, a cópia em si articula potencialmente outros significados na performatividade (PENNYCOOK, 2007).

A propósito desse fazer performativo, há um ponto levantado por Sedgwick (1990, p. 3) que pode ser esclarecedor aqui. A autora chama atenção para como a permanência no armário é um ato de fala performativo de silêncio em relação aos significados e discursos que o constituem. O emudecimento sobre o “desrespeito” à matriz não deixa de ser uma forma de referendá-la, fazendo-a penetrar no próprio armário. Todo esse pensar performativo e desessencializante sobre o gênero e a sexualidade passa a ressaltar a dinâmica instável entre normatividade e os múltiplos acasos que a penetram. *Queer*, como um construto teórico, problematiza, então, qualquer visão transcultural, transhistórica e universalista dos gêneros/sexualidades (JAGOSE, 1996).

Mais recentemente, há a formalização de uma dimensão interseccional nas teorias *queer*. É o entendimento de que o gênero/sexualidade precisa ser considerado em conjunto com os atravessamentos dos corpos por sentidos de classe social, raça, etnia, religião, idade, nacionalidade etc. Essa é uma noção importante no sentido de que, ao se interseccionalizar o gênero e a sexualidade com outras dimensões sociais, os significados performatizados são ainda mais desestabilizados. Ao queerizar o sentido de raça, desestabilizando-o ou colocando-o sob a lente do devir da performatividade, Barnard (2007) argumenta que "o item 'queer' de teoria queer não pode ser entendido isoladamente, ou pelo menos não pode ser compreendido como somente sexualidade". Qualquer sentido de normalização, biologização e essencialização atribuído aos corpos é impossibilitado. O que seriam masculinidade, feminilidade, heteronormatividade, homonormatividade, branquitude ou negritude se uma conceitualização interseccional é sobreposta à visão performativa aqui discutida? Essas performatividades não são prefiguráveis. Ou, conforme Preciado (2003/2015) diz, ao qualificar o que chama de "Multidões Queer": "não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida (PRECIADO, 2003/2015, p. 25). A perspectiva *queer* que concebe corpos e subjetividades como configurações emergentes vai igualmente demandar uma ideologia linguística não-essencialista, como se verá na próxima seção.

Por hora, no entanto, cabe aqui um pequeno desvio de percurso para considerar um ponto pragmático, e programático, em relação à pertinência de teorização antiessencialista. Embora entendamos os ganhos epistêmicos, políticos e éticos dessa teorização (como discutido acima), é

necessário operar, em determinadas situações, com uma lógica suplementar. Ela se faz especialmente imprescindível como estratégia de combate ao chamado fascismo social contemporâneo (SANTOS, 2016), praticado em muitas partes do mundo, no Brasil inclusive. Apoiadas em fundamentalismos religiosos, fazem prosperar discursos de ódio misóginos, LGBT+fóbicos e racistas (FABRÍCIO; MOITA-LOPES, 2019). Como aponta o crítico cultural Scott (1999), em seu livro sobre como repensar os futuros, depois da “pós-colonialidade”, precisamos estar prontos para operarmos a um só tempo com duas lógicas, articulando Michel Foucault e Frantz Fanon.

Por um lado, de uma perspectiva foucaultiana, somos seres do discurso inconstantes e mutáveis. Ao mesmo tempo, precisamos estar preparados para o combate político contra qualquer forma de misoginia, LGBT+fobia, racismos, ou regionalismos depreciativos que se apresentem como estáveis. Nessa última perspectiva, de inspiração fanoniana, a afirmação de uma visão essencialista pode ter um valor performativo na luta por determinados modos de ser que precisam ser afirmados e defendidos. Esse é um ponto que demanda planejamento e implementação na pragmática de nossas vidas cotidianas. Sobretudo em nossos tempos anti-intelectuais e obscurantistas que fabricam ódio em relação à alteridade, no Brasil e em outras partes do mundo (STANLEY, 2018; SNYDER, 2017, 2018).

3. UMA IDEOLOGIA LINGUÍSTICA COMPATÍVEL COM TEORIZAÇÕES QUEER

Vivemos em um mundo marcado pela rapidez e pela compressão de parâmetros habituais de espaço e tempo, principalmente na *web*. Tais características têm levado uma série de estudiosos a teorizar a linguagem de modo que a visão estática e internalista de linguagem, que alimentou a determinação das regras do sistema da língua, abra espaço para outras considerações. A compreensão de linguagem segundo as lentes do imobilismo é insuficiente para explicar o que acontece quando línguas diferentes entram cada vez mais em contato tendo em vista a mobilidade com as quais as pessoas vivem. A ideia de trânsito linguístico acelerado se estende para além dos intensos movimentos migratórios. Ela é visível nas redes sociais; no acesso contínuo a produtos culturais legendados em várias línguas; nos encontros inesperados linguísticos quando pedaços de línguas aparecem aqui e ali; e, nas intensas viagens textuais pelo mundo. É palpável também nos usos linguísticos entre falantes que não dominam a língua um do outro, mas que conseguem se comunicar usando um pedaço de uma outra língua mais vulgarizada na *web*, como o “inglês”, ou mesmo por meio de aplicativos de tradução oral.

Diferentes autorxs especificam a necessidade de entender a linguagem não como sistemas de comunicação usados em diferentes espaços, mas como sendo principalmente definida pelo modo

como ela é localizada e re-localizada pelas pessoas em suas performances diárias. Elxs empregam um novo sistema de nomeação ao imaginarem os fenômenos comunicativos. Termos e expressões como “transidiomas” (JACQUEMET, 2005), “mobilidade linguística” (BLOMMAERT; RAMPTON, 2012; PENNYCOOK, 2012), “linguística dos contatos” (PRATT, 1987), “viagens textuais para espaços inesperados” (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2018b), “compreensão da linguagem como recursos semióticos” (HELLER, 2010), e “natureza multimodal da linguagem” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001) são indicativos de modos de conceber a linguagem como pedaços de “línguas” ou signos multimodais que surgem aqui e ali nas práticas sociais. Em comum, respaldam um ponto de vista externalista explicado por um fazer performativo dos sentidos.

Esse tipo de imaginação é relevante porque dá conta do fluxo de significados nas práticas ao mesmo tempo em que indica como somos seres que não preexistem às trocas discursivas igualmente móveis e instáveis. Estamos, então, diante de uma teorização sobre a linguagem que vai ao encontro das teorizações *queer* e sua preocupação crucial com a desessencialização ou descristalização de quem somos como homens, mulheres, homossexuais, heterossexuais, negros, brancos, brasileiros, nordestinos etc. Essa preocupação é política e pode ser ilustrada por uma série de construtos teórico-analíticos que têm sido úteis nas pesquisas que temos desenvolvido justamente sobre quem podemos ser. Alguns deles são entextualização, indexicalidade, e escalas. Eles são proeminentes em campos que vêm sendo denominados sociolinguística da mobilidade (BLOMMAERT, 2010), sociolinguística performativa (BAYNHAM, 2015) ou sociolinguística dos recursos semióticos (HELLER, 2010).

O construto “entextualização” (BAUMAN; BRIGGS, 1990; RAMPTON, 2006; RAMPTON; BLOMMAERT, 2012), dialoga com a noção de intertextualidade (BAKHTIN, 1981; KRISTEVA, 1969). Ele dá conta de como o que dizemos continuamente entextualiza textos anteriores de modo que podemos pensar o uso da linguagem como envolvido em um contínuo processo de entextualizar, descontextualizar e recontextualizar vozes, discursos e performances que precederam o nosso enunciado. O trabalho seminal de Bauman e Briggs (1990) chama atenção justamente para a intensa mobilidade característica das tramas discursivo-textuais nesse processo de desentextualização e reentextualização. As “práticas de entextualização funcionam como impulsionadoras da circulação de textos, envolvendo simultaneamente mesmidade e diferença, uma fricção entre estabilidade e movimento” (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2018a, 463).

Essa visão pode também ser associada ao que tem sido chamado de trajetórias textuais (BLOMMAERT, 2005; 2010), construto que motivou Fabrício (2013) a empregá-lo como procedimento metodológico-analítico. A trajetória textual de um texto sobre a construção discursiva de animosidade entre portugueses e brasileiros (e vice-versa) na *web*, levou-a a cartografar os significados performatizados em tais trajetórias. Da mesma forma, Moita Lopes e Fabrício (2018a)

analisam a trajetória de um texto em um blog, intitulado “A vida no Armário”, nos posts dos participantes nos quais eles performatizam sentidos em devir sobre sexualidade. Em outra publicação, Moita Lopes e Fabrício (2018b) também destacaram a viagem textual pelo sul global de um funk brasileiro para uma comunidade de meninos queer nas Filipinas.

Esses são processos que ressaltam a reflexividade metapragmática (RAMPTON; BLOMMAERT, 2012) na qual os participantes estão envolvidos na construção dos significados. Eles vão ao encontro da grande mobilidade linguística, textual e humana, que nos conduzem a estudar a intensa reflexividade a que estamos expostos cotidianamente. Possibilitam, assim, a análise de processos altamente estilizados no uso da linguagem que ressaltam justamente essa reflexividade (MOITA LOPES, 2017). Bauman (1992: vii) aponta então que nossos tempos têm provocado a compulsão de refletir sobre nós mesmos e, acrescentamos, sobre a linguagem.

Um arcabouço reflexivo também está presente no construto “indexicalidade” (SILVERSTEIN, 2003; COLLINS, 2011) que coloca ênfase no significado conotacional ao ressaltar as escolhas sígnicas que as pessoas fazem quando refletem sobre os significados que estão performatizando. Essa perspectiva vai além do significado denotacional, típico de uma linguística dos usos tácitos, ao chamar atenção para como nos apoiamos em amplos repertórios semânticos em nossas performances. O estudo da indexicalidade possibilita compreender como discursos emergentes no aqui e agora da interação indexam macrodiscursos – que Gee (1999) denominou Discurso com letra maiúscula. Esse processo se caracteriza pela inseparabilidade de discurso (signos empregados em encontros semióticos) e Discursos (redes de crenças, valores e modos de pensamento). Dessa forma, pode-se dizer que o nexos entre repertórios constituídos sociohistoricamente e o momento interacional é indexical. Se o processo de significação é dependente da conexão d/Discursiva emergente na comunicação, os efeitos de sentidos que ela performatiza têm sempre um aspecto inaudito.

Essa percepção é crucial para a compreensão das formas de mobilidade contemporânea e para a intensa atividade comunicativa nas redes sociais. Nelas os processos de indexicalização se transformam rapidamente nas incessantes recontextualizações de d/Discursos. É no agenciamento dos significados performativizados, em sua repetição-inovação, que se pode compreender o fluxo da vida social. Dessa forma, os contextos interacionais não podem ser jamais compreendidos como fixos uma vez que são caracterizados por uma grande dinamicidade.

O último construto a que queremos nos referir aqui é a noção de escala (CARR; LEMPET, 2016; BLOMMAERT, 2015; BLOMMAERT; DE FINA, 2015). Nos processos de entextualização e indexicalização, os participantes interacionais perspectivizam o mundo social a sua volta por meio de comparações, analogias, classificações, valorações, quantificações etc., o que chama atenção para como os significados são forjados interacionalmente. Essa compreensão é crucial em nossa visão uma

vez que vai ao encontro da ideologia linguística de que os significados são performatizados. Esta é uma posição anti-essencialista que subjaz tanto à ideologia linguística com que operamos assim como à teorização *queer* sobre quem podemos ser. O princípio é que a linguagem não reflete o mundo social, ou seja, o mundo social não existe antes do discurso ou antes de nosso envolvimento nas práticas discursivo-escalares que o fabricam. Tais ações forjam perspectivas sobre quem somos, o quê estamos fazendo, com quem, onde, quando e para quê.

Desse modo, o exercício de projeções escalares envolve uma atividade pragmática que pode ser entendida com base em como mobilizamos elementos semióticos variados (signos, textos, imagens, vídeos etc.) ao re-entextualizarmos e indexicalizarmos d/Discursos. Pensemos, por exemplo, em práticas envolvendo a valorização de pessoas e coisas segundo parâmetros de normalidade e desvio. Tais lentes escalares imaginam posições de privilégio com base em certas expectativas socioculturais relegando outras posições ao lugar de desprestígio ou desvio, como no caso da oposição heterossexuais e homossexuais. Contudo, essas expectativas não são fixas e são redimensionadas de acordo com ideologias específicas (CARR; LEMPERT, 2016). Tomemos como exemplo a ideologia neoliberal, uma construção escalar que “explica” metaforicamente o mundo contemporâneo como um grande bazar, no qual o Mercado reina sobre as vidas das pessoas. Nele podemos imaginar novas hierarquizações segundo as quais mulheres lésbicas, brancas, de classe média e chics, construídas segundo parâmetros homonormativos, podem ocupar posição de prestígio. Tal reordenação exclui mulheres, lésbicas, pobres e periféricas que ocupam posição subalterna como sujeito consumidor. A fractalidade dessas hierarquias e a mudança de projeções escalares que ela propicia dimensiona a natureza incerta da sexualidade, indo ao encontro da visão *queer*.

Portanto, a noção de escala igualmente operacionaliza a ideia de significado como performatizado, movente e efêmero. No entanto, a repetição de determinados efeitos semânticos em uma determinada prática pode levar à calcificação de significados. Se consideramos, porém, a circulação e mobilidade de textos, outras fabricações escalares e outras indexicalidades podem ser projetadas, fissurando significados cristalizados. Em Moita-Lopes, Fabrício e Guimarães (2019), por exemplo, chamamos atenção para como jovens em um blog se envolvem em atividades escalares que enfraquecem visões sedimentadas de sexualidade. Já em Fabrício e Moita Lopes (2019), empregamos a noção de escala para compreender os sentidos que alunxs de ensino médio performatizam na escola, enfocando como estudantes passam a perceber a natureza maleável dos sentidos sobre gênero e sexualidade com que operam. Nossa aposta é na potência transformadora que a ideia de sentidos-em-tânsito pode sinalizar.

GANHOS EPISTÊMICOS, POLÍTICOS E ÉTICOS

Em meio à escritura deste artigo nos chega pelo whatsapp, um vídeo do Duplo Expresso de Domingo. Os participantes do vídeo chamam atenção para a fraqueza das esquerdas no Brasil frente às dificuldades contemporâneas. Simultaneamente, acusam as pautas do que chamam de identitarismo como tendo desempenhado um papel central em tal fracasso. O argumento é que a questão das classes populares foi colocada de lado pelas esquerdas em benefício das lutas identitárias. Acrescentam que tais lutas não são do interesse das classes populares e têm “entregado o ouro ao bandido”, enfraquecendo as esquerdas.

Tomamos esse vídeo como mote de nossa discussão sobre alguns dos benefícios epistêmico-político-éticos do caminho teórico por nós proposto. Em primeiro lugar, cabe dizer que, ao defendermos uma visão performativa de linguagem e de quem somos na vida social, estamos bem distante das pautas identitaristas, ainda que por motivos diversos daqueles apontados no vídeo. Ao contrário, apoiamos-nos em perspectivas não-essencialistas que reconhecem a natureza performativa de sujeitos sociais em devir. Por outro lado, entendemos que a posição visibilizada nesse vídeo é remanescente de um marxismo tradicional que não reconhece como a complexidade de nossas vidas sociais extravasa as questões da classe social, se associando a outros sentidos e práticas.

Significados sobre classe social, desejo sexual, gênero, raça, regionalidade, nacionalidade, etnia etc. atravessam uns aos outros, enfatizando a maleabilidade dos efeitos de sentidos sendo performatizados. Eles produzem desigualdades e sofrimentos diferenciados. É por esse motivo que defendemos anteriormente uma lógica suplementar por entendermos que às vezes a pauta “identitária” pode ser necessária para modos de ação públicos. Além disso, voltarmos a pensar somente em classe social, como desejam no vídeo, é impossível tendo em vista os avanços dos movimentos sociais assim como aqueles de natureza teórica. Não há retorno à lógica simplista que enxergava as pessoas somente pela lente da classe social. O vídeo não problematiza os efeitos políticos alcançados pelos movimentos sociais em relação às visões fundamentalistas de gênero e sexualidade, como no caso de algumas de vertentes religiosas. Ao proclamarem guerra ao que chamam de “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” (MÁRQUEZ; LAJE, 2014), combatem pontualmente os ganhos dos movimentos sociais feministas, anti-racistas e LGBTQ+. Essa guerra tem provocado, no Brasil e em outras partes do mundo, ataques contínuos às populações LGBTQ+ assim como aumento de feminicídios e visões racistas.

Entendemos que, ao se contraporem a generalizações e padronizações sobre quem somos, teorizações *queer* e visões performativas da linguagem apresentam enormes vantagens epistêmicas. Privilegiando a diversidade de formas de vida, elas não só focalizam a interação e a emergência de

sentidos singulares como também propõem um outro modo de produzir conhecimento que considere as indeterminações, incertezas e acasos constitutivos de nossa experiência social.

Do ponto de vista político, os ganhos estão relacionados ao fato de operarmos por meio de uma compreensão de que seguir pautas prefiguradas sobre quem somos delinea fronteiras intransponíveis para nossas vidas sociais, impondo uma verdade sobre nossos corpos. Essa delimitação enfraquece a possibilidade de as pessoas se reinventarem continuamente. Os significados que mobilizamos produzem efeitos sobre quem somos aqui e agora e podem movimentar performativamente regras sedimentadas. Como já afirmamos anteriormente, a dinâmica manutenção-transformação de normas sinaliza a natureza performativa e instável da linguagem e de quem podemos ser.

Por fim, chegamos aos benefícios éticos da teorização apresentada neste trabalho. A história humana, nos últimos 500 anos, foi forjada com base em ideais colonialistas e modernistas de separar para dominar, “ordenar” ou governar. Tais regimes transformaram uns em heróis, descobridores, conquistadores e benfeitores, com suas línguas, linguagem “corretas” assim como com suas raças e com seus modos de viver a experiência humana “legítimos”. Em oposição, colocaram muitos outros à margem e sob suspeita. Os navegadores do reino de Castilha, por exemplo, ao chegarem ao que agora chamamos de América, e se depararem com um universo linguístico gigantesco e extraordinário, declararam que os habitantes do novo mundo não falavam nenhuma “língua” uma vez que não falavam o que chamavam de castelhano (BRITHE-HEATH, 1972). Da mesma forma, sabemos hoje que o trabalho de linguistas europeus, ao se defrontarem com um sem número de línguas em contato no continente africano, envolveu decidir quem falava que “língua” para o estranhamento dos próprios falantes, com o objetivo crucial de construir nações que pudessem ser exploradas/colonizadas por países específicos (MAKONI; MEINHOF, 2006/2016; MAKONI; PENNYCOOK, 2007). A visão subjacente é que uma língua corresponderia a um povo e a uma nação: três grandes projetos que resultam de imaginação ou invenção colonialista (ANDERSON, 1983; MOITA LOPES, 2013, 2018).

Igualmente, sabemos também que esse trabalho de controle colonizador envolvia o governo dos corpos, sob regras religiosas estritas, sobre o exercício do desejo sexual e sobre como os gêneros deveriam se comportar. Regras essas que nem os próprios conquistadores seguiam. A literatura recente aponta o trabalho investido no governo dos corpos indígenas no Brasil que se envolviam em práticas sexuais, agora denominadas homossexuais (FERNANDES, 2019; FERNANDES; ARISI, 2017). Este é só um exemplo que foi repetido em outras partes do mundo no interesse de dominar os corpos de outros e apoiar normas patriarcais com interesses capitalistas. É curioso ver como muitas antigas colônias inglesas (Quênia e Uganda, por exemplo) mantêm até hoje os projetos dos antigos

colonizadores de punir a homossexualidade, com base na lei, embora os antigos colonizadores não vivam mais sob tais penalizações. São essas normas que em última análise participaram da chamada ocidentalização do mundo (VENN, 2000). Ideologias da língua correta, da dita norma culta, dos desejos sexuais adequados, da raça legítima ou dos binarismos de gênero etc. podem ser entendidas como fetiches que influenciam como vivemos e compreendemos nossas práticas sociais à custa de sofrimento humano.

É a mesma ideologia que faz hoje certos brasileiros darem gargalhadas quando fazem circular, na internet, o vídeo do treinador brasileiro de futebol, Joel, usando o que se chama de “inglês” por meio de recursos semióticos transidiomáticos, quando trabalhava na África do Sul. Junte-se a isso o fato de Joel não ser um “exemplar” da raça “correta” no Brasil, ou seja, branco. É assim também que os fundamentalismos religiosos, já mencionados, dos quais se apossaram políticos em muitas partes do mundo contemporaneamente, continuam seu combate sobre o que os corpos podem fazer, em atualização permanente da separação entre “nós” e “eles” (STANLEY, 2018).

É nosso juízo que as repercussões éticas, políticas e epistêmicas de uma compreensão performativa da vida social e dos processos de significação apontam para flexibilização e fluidez de certezas. Essas são demandas que, talvez como nunca, se façam eticamente necessárias para imaginar alternativas ao fenômeno que Umberto Eco (1995) denominou nosso fascismo eterno.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, G. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995/2002.

ANDERSON, B. *Imagined communities*. Londres: Verso, 1983.

AUSTIN, J. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BARNARD, I. *Queer race*. Nova York: Lang, 2004.

BAUMAN, Z. *Intimations of postmodernity*. Londres: Routledge, 1992.

BAUMAN, Z. *Voices of modernity: language ideologies and the politics of inequality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BAUMAN, Z; BRIGGS, C. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. In: COUPLAND, N; JAWORSKI, A. (org.). *The new sociolinguistics reader*. New York: Palgrave Macmillan, 1990/2009. p. 607-614.

- BAYNHAM, M. *Towards performative sociolinguistics? On coming out and staying out in narrative and interaction*. Trabalho apresentado no Congresso Sociolinguistics of Globalization, University of Hong-Kong, mimeo, 2015.
- BLOMMAERT, J. Chronotopes, scales and complexity in the study of language in society. *Annual Review of Anthropology*, Tilburg University, mimeo, 2015.
- BLOMMAERT, J. *Discourse: key topics in sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BLOMMAERT, J. *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BLOMMAERT, J.; DE FINA, A. Chronotopic identities: On the timespace organization of who we are. *Tilburg papers in cultures studies*, paper 153. Tilburg University, 2015.
- BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and superdiversity: a position paper. *Working papers in urban language & literacies*, Paper 70. Tilburg University and King's College, 2012.
- BRICE HEATH, S. *Telling Tongues: Language Policy in Mexico, Colony and Nation*. New York: New York Teachers' College Press, 1972.
- BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova York: Routledge, 1990.
- BUTLER, J. *Gender as Performance: An Interview with Judith Butler*. Entrevista com Peter Osborne and Lynne Segal. *Radical Philosophy*, 67, 1994.
- BUTLER, J. *Bodies that matter. On the discursive limits of "sex"*. Nova York: Routledge, 1997.
- CAMARGO, M. "*Acuenda esse bajubá!*": indexicalidades e interseccionalidades nas performances narrativas de uma travesti quilombola. Tese de Doutorado. Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- CARR, E.; LEMPERS, M (org.) *Scale. Discourse and dimensions of social life*. Oakland: University of California Press, 2016.
- COLLINS, J. Indexicalities of language contact in an era of globalization: engaging with John Gumperz's legacy. *Text & Talk*, v; 31, n. 4, p. 407-428, 2011.
- DE LAURETTIS, T. Queer theory: lesbian and gay sexualities. *Differences*, v. 3, n. 2, p. iii-xvii, 1991.
- ECO, U *Fascismo eterno*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Record, (1995/2018).
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução Coordenada por Maria Isabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FABRÍCIO, B. F. A "outridade lusófona" em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: MOITA LOPES, L. P. (ed.). *O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013

- FABRÍCIO, B. F.; MOITA LOPES, L. P. Creating queer moments at a Brazilian school by forging innovative sociolinguistic scalar perspectives in classrooms. In: SAUNTSOON, Helen; KJARAN, Jon (org.) *Queer transformative spaces: global narratives on gender and sexualities in schools*. New York: Routledge, 2019.
- FERNANDES, E. R. *Existe índio gay? A colonização das sexualidades indígenas no Brasil*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
- FERNANDES, E. R.; ARISI, B. M. *Gay Indians in Brazil: Untold stories of the colonization of indigeneous sexualities*. Nova York: Springer, 2017.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *The birth of biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-1979*. Tradução Graham Burchell. Nova York: Palgrave MacMillan, 1978-1979/2008.
- GEE, J. *An Introduction to discourse analysis: theory and method*. London: Routledge, 1999.
- GUIMARÃES, T.; MOITA LOPES, L. P. Trajectories of a viral text in different communicative events: entextualisation, indexicality, identity performances and ethnography. *ALFA: Revista de Linguística* (UNESP. IMPRESSO), v. 61, p. 11-33, 2017.
- HELLER, M. Language as a resource in the globalized new economy. In: Coupland, N. (Org.). *The handbook of language and globalization*. Nova York: Wiley-Blackwell, 2010.
- JAGOSE, A. *Queer Theory. An Introduction*. Nova York: New York University Press, 1996.
- JACQUEMET, M. Transidiomatic practices: language and power in the age of globalization. *Language & Communication*, v. 25, p. 257-277, 2005.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Multimodal discourse*. Londres: Bloomsbury Academic, 2001.
- KRISTEVA, J. Introdução à Seminálise. São Paulo: Debates, 1969.
- MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística Aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”. In: MOITA LOPES, L. P. (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006/2016.
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (org.). *Disinventing and reconstituting languages*. Toronto: Multilingual Matters, 2007.
- MÁRQUEZ, N.; LAJE, A.. *El libro negro de la nueva izquierda: ideología de género o subversion cultural*. Madrid: Unión Cultural, 2014.
- MBEMBE, A. Necropolítica: Biopoder, Soberania e Estado de Exceção. *Arte e ensaios*, n. 16, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 15 jul. 2019.

MOITA LOPES, L. P. Discursos de identidade em sala de aula de leitura de L1: a construção da diferença. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 303-330, 1998.

MOITA LOPES, L. P. *Identidades fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, L. P. Inglês e globalização em um epistemologia de fronteira: ideologia linguística para tempos híbridos. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* (PUCSP. Impresso), v. 24, p. 309-340, 2008.

MOITA LOPES, L. P. A performance narrativa do jogador Ronaldo como um fenômeno sexual em um jornal carioca: multimodalidade, posicionamento e iconicidade. *Revista da ANPOLL*, v. 27, p. 129-160, 2009.

MOITA LOPES, L. P. (org.) *Português no século XXI*. São Paulo: Parábola, 2013.

MOITA LOPES, L. P. Guarani/Portuguese/Castellano rap on the borderland: transidiomaticity, indexicalities and text spectacularity. In: CAVALCANTI, M.; MAHER, T. (org.). *Multilingual Brazil: language resources, identities and ideologies in a globalized world*. Nova York: Routledge, 2017.

MOITA LOPES, L. P. (org.) *Global Portuguese. Linguistic ideologies in late modernity*. New York: Routledge, 2018.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. F. 'Does the picture below show a heterosexual couple or not?': reflexivity, entextualization, scales and intersectionalities in a gay man's blog. In: COOKE, M.; GRAY, J. (ed.). *Gender and Language: Intersectionality, language and queer lives*. v. 12, n. 4, p. 457-478, 2018a

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B. F. Viagem textual pelo sul global: ideologias linguísticas queer e metapragmáticas translocais. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 759-784, set./dez. 2018b.

MOITA LOPES, L. P.; GUIMARÃES, T. F. Scaling queer performativities of genders and sexualities in the periphery of Rio de Janeiro in digital and face-to-face semiotic encounters. In: KROON, S.; SWANENBERG, J. (org.). *Language and Culture on the Margins. Local/Global Interactions*. Londres: Routledge, 2019.

NAGEL, T. *The view from nowhere*. Nova York: Oxford University Press, 1986

PELÚCIO, L. Possible appropriations and necessary provocations for a teoria cu. In: LEWIS, E. S.; BORBA, R.; FABRÍCIO, B.; PINTO, D. S. (org.) *Queering paradigms IV: South-north dialogues on queer epistemologies, embodiments and activism*. Oxford: Peter Lang, p. 31-51, 2014.

PENNYCOOK, A. *Global Englishes and transcultural flows*. New York: Routledge, 2007.

PENNYCOOK, A. *Language as a local practice*. Londres: Routledge, 2010.

PENNYCOOK, A. *Language and mobility: unexpected places*. Toronto: Multilingual Matters, 2012.

PINTO, J. P. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, L. P. (org.) *Português no século XXI*. São Paulo: Parábola, p. 120-143, 2013.

PINTO, J. P. Corpo como contexto-de-ocorrência de metapragmáticas sobre o português em socializações de estudantes migrantes para o Brasil. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 18, n. 3, p. 751-768, 2018.

PRATT, M. L. Linguistic utopias. In: FABB, N. et al. (ed.). *The linguistics of writing*. Manchester: Manchester University Press, p. 48-66, 1987.

PRECIADO, P. B. Multitudes queer. *Multitudes*, v. 2, n. 12, p. 17-25, 2003. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-multitudes-2003-2-page-17.htm#pa1>. Acesso em: 5 maio 2015.

PUAR, J. K. *Terrorist assemblages. Homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press, 2007.

SEDGEWICK, E. K. *The epistemology of the closet*. Berkeley: University of California Press, 1990.

SCOTT, D. *Refashioning futures. Criticism after postcoloniality*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language and Communication*, v. 23, p. 193-229, 2003.

SNYDER, T. *Sobre a tirania. Vinte lições do Século XX para o presente*. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SNYDER, T. *The road to unfreedom. Russia, Europe, America*. New York: The Duggan Books, 2018.

SANTOS, B. S. A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social. Entrevista com Roberto Machado. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/563035-a-dificil-reinvencao-da-democracia-frente-ao-fascismo-social-entrevista-especial-com-boaventura-de-sousa-santos>, Acesso em: 31 ago. 2018.

STANLEY, J. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Tradução Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.

VENN, C. *Occidentalism: Modernity and subjectivity*. Londres: Sage, 2000.